



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Professor de Educação Básica II**  
**Educação Especial - Deficiência Auditiva**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'N14', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Formação Básica  
Formação Específica

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas definitivas com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**FORMAÇÃO BÁSICA**

1. Para José Contreras, embora não se possa falar de unanimidade entre os autores que defendem a tese da proletarização de professores, essa posição baseia-se na consideração de que os docentes, enquanto categoria,
- (A) sofreram ou estão sofrendo uma transformação, tanto nas características de suas condições de trabalho como nas tarefas que realizam, que os aproxima cada vez mais das condições e interesses da classe operária.
  - (B) perderam seu poder aquisitivo ao longo dos últimos quinze anos e por isso ficaram desestimulados, passando a se descompromissarem com o trabalho docente voltado aos alunos.
  - (C) sofreram perda progressiva de uma série de qualidades, dada a formação insuficiente apresentada pelo ensino superior, resultando na falta de competência técnica e no descompromisso para desenvolver um ensino de qualidade.
  - (D) perderam o *status* profissional observado até os anos de 1970, tornando-se meros reprodutores de um saber organizado pelos livros didáticos, numa forma padronizada de trabalho como os operários de uma fábrica.
  - (E) perderam a esperança na área da educação, na medida em que os pais não se importam mais com a educação de seus filhos e a própria população não reconhece mais o ofício de mestre.

2. Segundo Álvaro Chrispino, um exemplo claro da dificuldade de se lidar com o conflito é a incapacidade de identificar as circunstâncias que dele derivam ou que nele redundam. Em geral, nas escolas e na vida, só se percebe o conflito quando ele produz manifestações violentas. Daí, conclui-se que
- I. se o conflito se manifestou de forma violenta é porque já existia anteriormente uma divergência ou antagonismo, que não se soube identificar ou não se foi preparado para isso.
  - II. toda vez que o conflito se manifesta, a ação é no sentido de resolvê-lo, coibindo-se a manifestação violenta, esquecendo-se do fato de que problemas mal resolvidos se repetem.
  - III. o índice de casos de discriminação e preconceito é tão alto por parte dos alunos na escola que o professor tornou-se insensível e, em consequência, omissos a essas situações.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II, apenas.
  - (E) II e III, apenas.
3. *As minorias religiosas, lingüísticas e nacionais, tal como as populações autóctones e tribais, foram muitas vezes subordinadas, por vezes à força e contra vontade, aos interesses do Estado e da sociedade dominante.*

Segundo Rodolfo Stavenhagen, uma educação realmente pluralista baseia-se

- (A) em um conjunto de princípios de inclusão cultural, que exige que todas as culturas sejam conhecidas na escola, numa escala de prioridades pelo número dos que a praticam.
  - (B) no conceito internacional multiétnico, em que todos possam conviver harmonicamente por meio de uma cultura igual a todos.
  - (C) numa estratégia política de integração entre as várias culturas existentes em um país, com o objetivo de não excluir nenhuma comunidade.
  - (D) no multiculturalismo étnico, ou seja, na conservação de um núcleo de valores comuns a todas as sociedades.
  - (E) numa filosofia humanista, isto é, numa ética que encara numa perspectiva positiva as conseqüências sociais do pluralismo cultural.
4. Segundo Antoni Zabala, *quando vamos ao médico, não tentamos lhe esconder os sintomas nem os resultados do tratamento, porque consideramos que seus objetivos são os mesmos que os nossos, que ele quer nos ajudar. Infelizmente, esta não é a imagem que muitos de nossos alunos têm de nós professores.*

O texto trata da importância de se

- (A) dividir as tarefas durante o processo de ensino aprendizagem, entre os professores, os alunos e a comunidade.
- (B) determinar os objetivos das disciplinas no projeto político-pedagógico da escola que levem ao pensamento crítico.
- (C) construir propostas objetivas que todo professor se comprometa a realizar.
- (D) compartilhar objetivos, condição indispensável para uma avaliação formativa.
- (E) definir metas quantitativas e qualitativas para o ensino no coletivo de professores, comprometendo-se a direção a verificar seu cumprimento.



5. Para Delia Lener, a formação do leitor
- (A) não é problema do ensino fundamental, devendo ser tratada no processo de alfabetização já na educação infantil.
  - (B) deve fundamentalmente ser desenvolvida nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, por meio de ações integradas.
  - (C) não é atividade específica de determinadas séries; o desafio de dar sentido à leitura tem uma dimensão institucional.
  - (D) é ação precípua do professor de língua portuguesa, devendo este suprimir as necessidades das várias áreas do conhecimento em sua prática educativa.
  - (E) é questão a ser resolvida por uma proposta metodológica construtivista, sem a qual teremos leitores mecânicos.
- 

6. *A relação com o saber é relação com o tempo. A apropriação do mundo, a construção de si mesmo, a inscrição em uma rede de relações com os outros – ‘o aprender’ – requerem tempo e jamais acabam (...). Esse tempo não é homogêneo, é ritmado por ‘momentos’ significativos, por ocasiões, por rupturas; é o tempo da aventura humana, a da espécie, a do indivíduo.*

Segundo Jussara Hoffmann, para a aprendizagem

- (A) não pode haver impaciência por parte do educador, pois é importante considerar um espaço coletivo e definir um tempo médio de aprendizagem.
  - (B) é preciso que o professor aprenda a transmitir o conhecimento de forma eficiente para que o aluno possa assimilá-lo de forma mais rápida e sistemática.
  - (C) é necessário que o ensino se constitua num processo contínuo de aquisições de informação e de conhecimento para que se obtenha um *tempo comum* entre os alunos.
  - (D) não há como delimitar tempos fixos, porque é um processo permanente, de natureza individual, experiência singular de cada um.
  - (E) a organização do tempo precisa ser construída coletivamente, para que entre os alunos se estabeleçam tempos mínimos e máximos para a realização das atividades.
- 

7. Para Andy Hargreaves, a sociedade do conhecimento tem as seguintes dimensões:

- I. engloba uma esfera científica, técnica e educacional ampliada.
- II. envolve formas complexas de processamento e circulação de conhecimentos e informações em uma economia baseada em serviços.
- III. implica transformações básicas da forma como as organizações empresariais funcionam de modo a poder promover a inovação contínua em produtos e serviços, criando sistemas, equipes e culturas que maximizem a oportunidade para a aprendizagem mútua e espontânea.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III, apenas.
- 

8. Maria Helena Guimarães de Castro discute os objetivos do SAEB, dentre os quais podem ser destacados:

- I. monitorar a qualidade, a criatividade e o pensamento crítico presentes no sistema de educação básica.
- II. oferecer às administrações públicas de educação informações técnicas e gerenciais que lhes permitam formular e avaliar programas de melhoria da qualidade de ensino.
- III. produzir referências objetivas para orientar as instituições a corrigirem seus erros e suas deficiências e a investirem em programas de valorização do professor.
- IV. proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara e concreta dos resultados dos processos de ensino e das condições em que são desenvolvidos e obtidos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
  - (B) I, II, III e IV.
  - (C) I, III e IV, apenas.
  - (D) II, III e IV, apenas.
  - (E) II e IV, apenas.
-



9. No campo da Educação, é fundamental definir uma matriz de referência em situações de aprendizagem e ensino. Por esse intermédio pode-se avaliar, mesmo que de modo indireto e inferencial, a ocorrência de efetiva aprendizagem.

Para a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, uma matriz de referência de avaliação pode ter muitas finalidades; a mais importante delas é

- (A) a definição de qual o aprendizado a criança e o jovem necessitam adquirir, para assim se proceder à escolha de quais conteúdos devem ser ensinados e a decisão dos melhores meios de avaliação a serem realizados.
- (B) sua capacidade formativa, na medida em que esta define o que se deve aprender e o como se deve aprender de forma eficiente e eficaz, independentemente da faixa de idade de cada aluno.
- (C) seu poder de sinalização das estruturas básicas de conhecimentos a serem construídas por crianças e jovens por meio dos diferentes componentes curriculares em cada etapa da escolaridade básica.
- (D) seu efeito de determinar os caminhos possíveis para se dar a aprendizagem em cada grupo de alunos, crianças e jovens, e as melhores formas de avaliá-los sem criar padronizações prévias.
- (E) sua previsibilidade de resultados, pois a matriz deve ser elaborada a partir dos conhecimentos definidos como os imprescindíveis à formação da criança e do jovem a serem atingidos ao final de cada etapa de aprendizagem.

10. No Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o projeto educacional de implantação do regime de progressão continuada deverá especificar, entre outros aspectos, mecanismos que assegurem:

- I. avaliações da aprendizagem ao longo do processo, conduzindo a avaliação contínua e cumulativa da aprendizagem do aluno, de modo a permitir a apreciação de seu desempenho em todo o ciclo.
- II. atividades de reforço e de recuperação paralelas e contínuas ao longo do processo e, se necessárias, ao final de ciclo ou nível.
- III. meios alternativos de adaptação, de reforço, de reclassificação, de avanço, de reconhecimento, de aproveitamento e de aceleração de estudos.
- IV. indicadores de desempenho e controle da frequência dos alunos.
- V. articulação com as famílias no acompanhamento do aluno ao longo do processo, fornecendo-lhes informações sistêmicas sobre frequência e aproveitamento escolar.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II e V, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.
- (E) III e V, apenas.

11. O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) avalia a qualidade do ensino nas séries iniciais (1ª a 4ª séries) e finais (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental (EF) e no Ensino Médio (EM) em cada escola estadual paulista.

O IDESP tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo-lhe ao mesmo tempo

- (A) um mapeamento das necessidades de aprendizado do grupo de alunos e propostas metodológicas para a melhoria do ensino.
- (B) as metas a serem atingidas e os objetivos que cada escola deve alcançar em relação ao desenvolvimento cognitivo dos alunos.
- (C) dados socioeconômicos da comunidade escolar e indicadores curriculares compatíveis com realidade educacional da região.
- (D) um diagnóstico que aponte suas fragilidades e potencialidades e um norte que permita sua melhoria constante.
- (E) um levantamento das necessidades de formação continuada dos professores e propostas de ensino para a melhoria da aprendizagem.

12. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, o Programa de Qualidade das Escolas (PQE) do Governo do Estado de São Paulo e o movimento da sociedade civil *Compromisso Todos Pela Educação* (TPE) se constituem em mobilizações que buscam atender uma das maiores demandas sociais, que é a

- (A) melhoria da qualidade da educação.
- (B) efetivação da escola inclusiva.
- (C) não defasagem idade-série no ensino fundamental.
- (D) universalização do ensino fundamental de nove anos.
- (E) universalização do ensino médio.



13. O conceito de currículo, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, envolve o
- I. Currículo Formal – planos e propostas pedagógicas.
  - II. Currículo em Ação – aquilo que efetivamente acontece nas salas de aula e nas escolas.
  - III. Currículo Sociocultural – conjunto de conteúdos mínimos das áreas de conhecimento, articulados às necessidades do mercado de trabalho.
  - IV. Currículo Oculto – o não dito, aquilo que tanto alunos quanto professores trazem, carregado de sentidos próprios, criando as formas de relacionamento, poder e convivência nas salas de aula.

Está correto APENAS o afirmado em

- (A) I e IV.
  - (B) I, II e IV.
  - (C) I, III e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) II, III e IV.
- 
14. *A questão principal não é a mudança de técnicas; passa por técnicas, mas a priori, é mudança de paradigma, posicionamento, visão de mundo, valores.*
- Segundo Celso Vasconcellos, a avaliação – para assumir seu caráter transformador e não de mera constatação e classificação – antes de tudo deve
- (A) considerar o estágio de desenvolvimento em que o aluno se encontra no início do ano letivo para comparar com o conhecimento que ele domina no final do ano.
  - (B) utilizar os dados socioeconômicos e culturais dos alunos, para poder definir seus objetivos.
  - (C) planejar as várias formas de verificação de aprendizagem do aluno de acordo com os pré-requisitos necessários ao grupo para que a aprendizagem seja efetiva.
  - (D) ter a preocupação de preparar os alunos para a vida e com isso aprenderem os conteúdos que serão focados nas provas nacionais e estaduais.
  - (E) estar comprometida com a aprendizagem e desenvolvimento da totalidade dos alunos.

15. *O conhecimento é uma aventura incerta que comporta em si mesma, permanentemente, o risco da ilusão e de erro. Entretanto, é nas certezas doutrinárias, dogmáticas e intolerantes que se encontram as piores ilusões.*

*Por tratar-se de uma atividade ética, nenhuma outra prática escolar é tão dogmática e conservadora quanto a avaliação.*

Para Jussara Hoffmann, a plena consciência das

- (A) metodologias necessárias a uma avaliação emancipadora propiciará uma mudança na prática educativa, levando a um ensino mais democrático.
- (B) práticas escolares necessárias ao aluno por um professor competente e eficiente é condição primeira para se realizar uma avaliação equalizadora.
- (C) finalidades em avaliação favorecerá a escolha consciente de estratégias de ação pelos educadores e não a imposição de metodologias.
- (D) habilidades gerais que a realização de uma avaliação requer precisa ser trabalhada para que os alunos compreendam melhor o conteúdo a ser checado.
- (E) funções educativas que um professor comprometido deve ter é o ponto crucial para que o ensino tenha melhores padrões de qualidade.



16. Hugo Assmann, ao tratar do pensamento pedagógico, argumenta sobre a viabilidade e necessidade de renovação desse pensamento e da proposição de novos eixos articuladores, vinculados às transformações profundas nos contextos educacionais. Os eixos de problematização destacados pelo autor, que alteram a concepção básica do que poderia e deveria acontecer nas práticas educativas são:
- I. como se processa o conhecimento em seres vivos.
  - II. a equiparação entre processos vitais e processos cognitivos.
  - III. a nova cultura de aprendizagem que surge na sociedade do conhecimento.
  - IV. a criação de uma cultura empresarial orientada para a aprendizagem.
  - V. novos espaços organizativos possibilitados pelos recursos científico-técnicos.

Está correto APENAS o apresentado em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

17. Marie-Nathalie Beaudoin e Maureen Taylor tratam do problema do *bullying* e do desrespeito nas escolas considerando a interação entre muitos fatores que contribuem para sua ocorrência. Analisam essas manifestações e, com base na abordagem narrativa, apresentam valores a serem desenvolvidos em sala de aula para combater os problemas. Esses valores são
- I. vínculo e respeito mútuo.
  - II. disciplina e esforço.
  - III. apreciação.
  - IV. colaboração.
  - V. autorreflexão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, IV e V, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) II, III e V, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

18. Isabel Solé e Cesar Coll afirmam que uma das concepções mais difundidas entre professores sobre o que significa aprender na escola e sobre como se pode ajudar os estudantes nesse processo pode ser assim enunciada:

*A aprendizagem escolar consiste em construir conhecimentos. Os alunos e alunas elaboram, mediante sua atividade pessoal, os conhecimentos culturais. Por tudo isso, o ensino consiste em prestar aos alunos a ajuda necessária para que possam ir construindo-os.*

Dessa concepção, decorre que

- (A) aprender algo equivale a *elaborar uma representação pessoal* do conteúdo objeto da aprendizagem; que os objetos de aprendizagem precisam ser explicitados aos alunos para que possam descobrir o que é relevante e se empenhar para aprender.
- (B) aprender é visto como adquirir respostas adequadas; os alunos são considerados receptores passivos, que respondem aos estímulos provocados pelos professores.
- (C) os alunos são processadores de informação; a principal atividade dos professores é a oferta de situações múltiplas e diversas de obtenção de conhecimentos.
- (D) a aprendizagem dos alunos depende do grau de retenção das informações repassadas pelos professores, da quantidade e qualidade dos conteúdos selecionados e do treinamento da memorização.
- (E) a aprendizagem escolar consiste em exercitar competências; o ensino oferece situações estruturadas de treinamento para que o exercício ocorra.



19. Marie-Nathalie Beaudoin e Maureen Taylor identificam que os problemas com desrespeito nas escolas ocorrem no contexto dos relacionamentos, em sala de aula ou em outras áreas públicas, e em grande parte das interações entre os alunos. As autoras apresentam como prática inovadora para aplicação em sala de aula o projeto *Bicho-que-Irrita*, que tem por objetivo
- (A) auxiliar o professor a lidar com alunos que apresentam comportamento desviante em que o desrespeito e o *bullying* na sala de aula e na escola predominam. Trata-se de um guia de procedimentos para ser aplicado a situações diversas, utilizando as técnicas da terapia narrativa.
  - (B) diminuir a ocorrência do desrespeito e do *bullying* na sala de aula e na escola. Iniciar os alunos em práticas de tolerância orientadas por exercícios diários, vivências de participação qualificada e produção de um conjunto de normas de convivência e sanções correspondentes.
  - (C) instituir práticas de pacificação dos conflitos entre os alunos, especialmente o desrespeito e o *bullying* na sala de aula e na escola. Partindo de um conjunto de atividades e experiências de mediação de conflitos envolvendo os estudantes, formar grupo de pacificadores para atuarem como mediadores nas salas de aula e na escola.
  - (D) conscientizar e preparar estudantes e professores para interferir no problema do desrespeito e do *bullying* na sala de aula e na escola. Programa que integra o currículo escolar como trabalho transversal, em todas as disciplinas, com aulas temáticas em que o desrespeito e o *bullying* são tratados. Ao final os participantes formulam um contrato de convívio e assumem suas responsabilidades diante do acordo desenvolvido durante o projeto.
  - (E) criar um senso de colaboração, de vínculo, de apreciação e de tolerância com a introdução de práticas respeitadas a partir de um grupo de alunos. Utilizando programa de atividades semanais, trata do problema do desrespeito e do *bullying* de modo a poder examiná-los sem atribuir culpa a alguém ou emitir juízo a respeito de qualquer pessoa.

20. As estratégias de ensino apresentadas por Robert Marzano, Debra Pickering e Jane Pollock são aquelas em que estudos científicos *identificaram alta probabilidade de melhorar o desempenho de todos os alunos, em todas as disciplinas em todas as séries*. Sobre a sua aplicação em sala de aula, os autores recomendam
- (A) não esperar que funcionem *igualmente bem em todas as situações, pois estratégias de ensino são apenas instrumentos*.
  - (B) evitar o uso de estratégias de ensino que apresentam tamanho de efeito médio.
  - (C) adequá-las a disciplinas específicas.
  - (D) seguir com rigor a sequência lógica de aplicação das estratégias.
  - (E) agregar elementos de aproximação à cultura dos alunos para maximizar seus efeitos.

21. Philippe Perrenoud alerta para a necessidade de relacionar-se, às competências para ensinar, um conjunto delimitado de problemas e tarefas vinculadas ao trabalho do professor. A competência *Organizar e dirigir situações de aprendizagem* está vinculada ao problema central da
- (A) dificuldade em definir os objetivos a serem alcançados, o que resulta no desperdício de tempo.
  - (B) capacidade de planejar coletivamente na escola e articular o trabalho em sala de aula.
  - (C) dificuldade em definir o que deve ser ensinado, produzindo quantidades excessivas de tarefas para os alunos.
  - (D) organização de situações de aprendizagem que não consideram as representações que os estudantes fazem do que lhes é ensinado.
  - (E) ausência de critérios para a avaliação do trabalho do professor, utilizando-se exclusivamente de boletins de merecimento.

22. Segundo Tardif:

*(...) quando observamos professores trabalhando em sala de aula, na presença de alunos, percebemos que eles procuram atingir, muitas vezes de forma simultânea, diferentes tipos de objetivos: procuram controlar o grupo, motivá-lo, levá-lo a se concentrar numa tarefa, ao mesmo tempo em que dão uma atenção a certos alunos da turma, procuram organizar atividades de aprendizagem, acompanhar a evolução da atividade, dar explicações, fazer com que os alunos compreendam e aprendam. (...)*

Assinale a alternativa que corresponde à característica destacada pelo autor no texto acima.

- (A) Ausência de coerência teórico-metodológica na orientação prática de objetivos emocionais e cognitivos.
- (B) Unidade teórica e conceitual dos saberes mobilizados para atender a diferentes objetivos do trabalho na sala de aula, na presença dos alunos.
- (C) Pluralidade e heterogeneidade dos saberes necessários para atender a diferentes objetivos do trabalho na sala de aula, na presença dos alunos.
- (D) Conflito entre saberes codificados e a pouca previsibilidade do objeto de trabalho.
- (E) Variação no tempo e segundo as experiências vividas social e profissionalmente em cada uma das escolas em que o professor já trabalhou.



23. As Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio apresentam como princípios de organização curricular a Interdisciplinaridade e a Contextualização. Sobre o princípio da Contextualização, assinale os **contextos explicitamente valorizados** pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e presentes nas Diretrizes.
- (A) Ética e cidadania.
  - (B) Diversidade e sociedade.
  - (C) Trabalho e cidadania.
  - (D) Sensibilidade e Igualdade.
  - (E) Ética, Política e Estética.
- 
24. A Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio tem como um de seus princípios *as competências como eixo de aprendizagem*. Segundo o documento de apresentação da Proposta Curricular, *a concepção de um currículo referenciado em competências requer*
- (A) a indicação clara pela escola e pelo plano do professor do que o aluno vai aprender.
  - (B) o estabelecimento de conteúdos de ensino que facilitem a interdisciplinaridade.
  - (C) revisão do tratamento disciplinar dado ao conhecimento escolar.
  - (D) flexibilidade quanto à seleção de conteúdos, estratégias e objetivos.
  - (E) a adoção de modelos de avaliação que possam aferir com precisão os conhecimentos práticos.
- 
25. A Lei Complementar nº 1.097, de 27 de outubro de 2009, institui um sistema de promoção que se aplica a
- (A) ocupantes de cargos e/ou funções, mediante processos de avaliação e com interstícios definidos.
  - (B) titulares de cargo, mediante processos de avaliação e com interstícios definidos.
  - (C) servidores e funcionários da classe de docentes e especialistas, sendo o enquadramento vinculado ao tempo de trabalho.
  - (D) servidores e funcionários da classe de docentes e especialistas, sendo o enquadramento vinculado ao tempo de trabalho e aprovação em processos de avaliação.
  - (E) todos os educadores da escola, mediante processos de autoavaliação e avaliação entre pares.
- 
26. *Professor Pedro trabalha numa escola em que todos se dedicaram bastante no início do ano para organizar um planejamento coerente com seus ideais de uma escola de qualidade. Ele e os demais professores, junto com a equipe dirigente, articularam o trabalho de modo que o Projeto Pedagógico foi elaborado coletivamente com atenção especial à organização das ações para a aprendizagem dos alunos. Todos fizeram um excelente trabalho; no entanto, durante o Conselho de Classe do segundo bimestre, verificou-se que mais de 50% dos adolescentes não estavam aprendendo o suficiente em várias disciplinas. O Conselho de Classe, então, deliberou que os Planos de ensino deveriam ser revistos e adequados para garantir a aprendizagem dos alunos.*
- Considerando a situação narrada acima, o Conselho de Classe/Série agiu de modo
- (A) inadequado, pois o currículo oficial e os cadernos que orientam o trabalho dos professores nas disciplinas não permitem ajustes.
  - (B) inadequado, pois não cabe ao Conselho a decisão de interferir na gestão do currículo.
  - (C) inadequado, pois deveria lançar mão de outros recursos para não prejudicar o desenvolvimento dos 50% dos alunos que tiveram desempenho suficiente.
  - (D) adequado, uma vez que ele é composto por professores que podem decidir com autonomia sobre o que e como ensinar, e em que momento rever suas decisões sobre o currículo.
  - (E) adequado, propondo o replanejamento para garantir as expectativas de aprendizagem de todos os alunos.





27. Com base no Parecer CEE nº 67/1998, que trata da avaliação interna do processo de ensino e de aprendizagem, e nas Orientações para implantação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, nos termos do Cadernos do Gestor, é correto afirmar que a Proposta Curricular e o Projeto Pedagógico da escola
- (A) são parâmetros para a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem pelo Conselho de Classe/Série, que tem o objetivo de apreciar casos de alunos com problemas de aprendizagem, indicando providências para recuperação.
  - (B) podem ser úteis para a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem pelo Conselho de Classe/Série, que deve priorizar a avaliação de desempenho de cada classe e de cada aluno, indicando as soluções cabíveis para cada problema.
  - (C) são parâmetros para a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem pelo Conselho de Classe/Série, que tem a responsabilidade de avaliar como a escola vem direcionando esse processo com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.
  - (D) são secundários para a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem pelo Conselho de Classe/Série, que tem o objetivo de analisar os resultados da aprendizagem dos alunos bimestralmente e ao final do ano letivo.
  - (E) são muito importantes para a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem pelo Conselho de Classe/Série, pois estabelecem os padrões aceitáveis de qualidade do trabalho do professor e da aprendizagem do aluno.

28. NÃO faz parte das atribuições e competências dos professores responsáveis pela recuperação paralela, nos termos da Instrução CENP nº 1, de 11/01/2010:
- (A) realizar uma avaliação diagnóstica dos alunos encaminhados para recuperação.
  - (B) utilizar estratégias diversificadas para as atividades a serem vivenciadas pelos alunos.
  - (C) monitorar os avanços conquistados pelos alunos.
  - (D) providenciar os registros da avaliação para substituição das notas do aluno.
  - (E) participar do Conselho de Classe.

29. Quanto à recuperação contínua, nos termos da resolução SE nº 92, de 8/12/2009, considere:
- I. Ela tem por objetivo superar as dificuldades encontradas pelos alunos no processo de escolarização.
  - II. Cabe ao Diretor e ao Professor Coordenador elaborar, em conjunto com os professores envolvidos, as propostas de atividades de recuperação dos alunos, encaminhando-as à Diretoria de Ensino.
  - III. Aos professores cabe atuar, indiretamente, em intervenções pedagógicas que superem as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos nas aulas regulares.
  - IV. Ela não demanda reorganização da unidade escolar para se efetivar.
  - V. O Diretor e Professor Coordenador irão promover condições que assegurem a participação dos professores responsáveis pela recuperação em ações de orientação técnica desenvolvidas pela Diretoria de Ensino.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I, II e V.
  - (B) II, III e V.
  - (C) IV e V.
  - (D) IV.
  - (E) V.
30. A Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, em suas Deliberações, considera como um princípio fundamental de caráter universal que *qualquer política de educação deve orientar-se pela tripla preocupação*:
- (A) exequibilidade, pertinência e inovação.
  - (B) universalidade, democracia e qualidade.
  - (C) cidadania, diversidade e inclusão.
  - (D) justiça social, cidadania e universalidade.
  - (E) equidade, pertinência e excelência.

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA**

31. O artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) explicita o dever do Estado para com a efetivação da educação escolar pública, indicando a oferta de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. O artigo 59 irá explicitar, por sua vez, o papel dos sistemas de ensino para que a permanência do aluno da educação especial ocorra num processo de igualdade com os demais alunos.

Desta forma, pode-se afirmar que os procedimentos que devem estar presentes nas formulações das políticas educacionais são:

- I. currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.
- II. terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.
- III. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.
- IV. preparação para o trabalho, que deve ser realizada em articulação com os órgãos oficiais afins, para programas e benefícios permanentes.
- V. acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular, para aqueles que comprovarem condições de continuidade em todas as etapas da educação básica.

Estão corretas APENAS as afirmativas:

- (A) I, II, III.
- (B) I, II, IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV, V.
- (E) III, IV, V.

32. Segundo o documento "Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva" do MEC:

*...a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.*

E ainda:

*...Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.*

Neste sentido,

- (A) o atendimento educacional especializado na educação infantil se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social, visando o preparo para o possível ingresso no ensino fundamental.
- (B) o atendimento educacional especializado por ser diferenciado terá objetivos próprios desvinculados da complementação e/ou suplementação da formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.
- (C) o atendimento educacional especializado não tem como objetivo disponibilizar programas e enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros.
- (D) as atividades do atendimento educacional especializado estarão articuladas ao longo de todo o processo de escolarização com as propostas pedagógicas do ensino comum, de acordo com a situação pedagógica do aluno e não da turma em que está inserido.
- (E) as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.



33. Segundo a Deliberação nº 68/2007, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo:

*Os alunos que não puderem ser incluídos em classes comuns, em decorrência de severa deficiência mental ou grave deficiência múltipla, ou mesmo apresentarem comprometimento de aproveitamento escolar em razão de transtorno invasivo do desenvolvimento, poderão contar, na escola regular, em caráter de excepcionalidade e transitoriedade, com o atendimento em classe regida por professor especializado, observado o disposto no Parágrafo Único, do Art. 4º, desta Deliberação.*

Esta situação, segundo a Deliberação, deve ocorrer em caráter de excepcionalidade, considerando-se que

- (A) o tempo de permanência do aluno na classe dependerá exclusivamente da avaliação multidisciplinar e periódica, com vistas a seu encaminhamento para classe comum.
- (B) a indicação da necessidade de atendimento em classe regida por professor especializado deverá resultar da avaliação multidisciplinar, por equipe de profissionais indicados pela escola.
- (C) os recursos pedagógicos necessários para manutenção do aluno em classe regular foram esgotados.
- (D) a indicação do encaminhamento dos alunos e o tempo de sua permanência em classe regida por professor especializado serão definidos exclusivamente pelos gestores da escola.
- (E) os projetos pedagógicos das escolas já terão pré-definidas as circunstâncias consideradas como passíveis de encaminhamento para atendimento desta classe.

34. A Resolução SE nº 11, de 31/01/2008 afirma que o objetivo da implementação dos Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (SAPEs) é o de melhorar a qualidade da oferta da educação especial na rede estadual de ensino, viabilizando-a por uma reorganização que, favorecendo a adoção de novas metodologias de trabalho, leve à inclusão do aluno em classes comuns do ensino regular. Para atender a este objetivo, as SAPEs nas unidades escolares têm critérios de organização.

Assinale a alternativa que NÃO expressa um destes critérios:

- (A) O apoio oferecido aos alunos, em sala de recursos ou no atendimento itinerante, terá como parâmetro o desenvolvimento de atividades que não deverão ultrapassar a 2 aulas diárias.
- (B) O funcionamento da sala de recursos será de 25 (vinte e cinco) aulas semanais, distribuídas de acordo com a demanda do alunado, com turmas constituídas de 10 a 15 alunos, de modo a atender alunos de 02 (dois) ou mais turnos, quer individualmente, quer em pequenos grupos, na conformidade das necessidades do(s) aluno(s).
- (C) As aulas do atendimento itinerante a serem atribuídas ao docente titular de cargo como carga suplementar e ao ocupante de função-atividade na composição da respectiva carga horária, serão desenvolvidas em atividades de apoio ao aluno com necessidades especiais, em trabalho articulado com os demais profissionais da escola.
- (D) A constituição da turma da sala de recursos da classe com professor especializado e da itinerância deverá observar o atendimento a alunos de todas as áreas da deficiência.
- (E) As turmas a serem atendidas pelas salas de recursos poderão ser instaladas para atendimento de alunos de qualquer série, etapa ou modalidade do ensino fundamental ou médio, e as classes com professor especializado, somente poderão atender alunos cujo grau de desenvolvimento seja equivalente ao previsto para o Ciclo I do Ensino Fundamental.

35. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), fundamentada nos Direitos Humanos, no campo dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, tem em seu Artigo 24 a confirmação de uma série de princípios sobre a educação inclusiva que agora estão garantidos no Brasil. Essa situação é possível porque a Convenção promulgada em 2006, pela ONU

- I. foi ratificada pelo Governo Federal Brasileiro em 2008 e tornou-se um Decreto Legislativo, após sua aprovação no Senado e na Câmara Federal.
- II. poderá ser incluída como Emenda Constitucional na atual Constituição Federal de 1988; no entanto, será facultado aos Estados e Municípios o seu cumprimento.
- III. foi ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 186 de 2008, que deverá ser aplicado como legislação vigente e válida para todo território nacional.
- IV. ainda não foi ratificada, pois o Brasil não concordou, em 2007, com seu Protocolo Facultativo, assim como com a exigência de inclusão escolar desde o ensino fundamental até o nível universitário, de pessoas com deficiências múltiplas.
- V. está em vigor no Brasil, assim como seu Protocolo Facultativo, e reafirma a necessidade deste Estado Parte de cumprimento da não exclusão de pessoas com deficiência do sistema geral de educação.

Estão corretas APENAS as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, IV e V.



36. A Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no seu artigo 24 afirma que:

*Os Estados Partes deverão assegurar às pessoas com deficiência a possibilidade de aprender as habilidades necessárias à vida e ao desenvolvimento social, a fim de facilitar-lhes a plena e igual participação na educação e como membros da comunidade.*

De acordo com a Convenção NÃO constitui medida defendida por ela

- (A) Facilitação do aprendizado do Braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares.
- (B) Inclusão de crianças com altas habilidades em escolas regulares com a utilização de recursos de informática e novas tecnologias, devido ao seu nível cognitivo e intelectual.
- (C) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda.
- (D) Garantia de que a educação de pessoas, inclusive crianças cegas, surdo, cegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.
- (E) Garantia de que o ensino de LIBRAS seja ministrado por ser uma língua reconhecida em lei no nosso país.

37. Para Stainback & Stainback, o currículo desenvolvido nas salas de aula baseia-se na suposição de que há áreas de conhecimento e informação pré-definidas, e, quando aprendidas em sequência, resultam em sucesso na vida após a escola. Este currículo sequenciado padronizado segue uma ordem didática da transmissão pelo professor, recepção pelos alunos e atividades que exercitam os termos, conceitos e as habilidades essenciais à matéria. Segundo estes autores, tal visão de currículo NÃO é progressista porque

- (A) a tendência que se apresenta no movimento de inclusão escolar é de partir da criança e construir o currículo em torno de suas experiências, percepções e conhecimentos, com respeito a uma ênfase na criança e não no currículo pré-definido.
- (B) um currículo para a inclusão deve ser definido por indivíduos, tais como consultores de Secretarias de Educação e especialistas em currículo que compilam, por exemplo, leituras básicas e livros didáticos, devido à falta de capacitação dos indivíduos diretamente envolvidos no processo de aprendizagem.
- (C) um currículo para a inclusão deve se pautar principalmente nas atividades pedagógicas entre alunos que têm sido rotulados como de risco, como por exemplo, as altas habilidades e os alunos com deficiência mental.
- (D) os currículos devem ser padronizados de modo geral, a partir de um processo gradual de inclusão escolar, pois se desenvolvem a partir da vida e do mundo que cerca os alunos e sua comunidade escolar, evitando, assim, se tornarem tediosos, desinteressantes e sem propósito.
- (E) a sociedade em que vivemos, complexa, dinâmica e que se modifica rapidamente exige, em um primeiro momento, manter um corpo de informações único, distinto e estático que vá resultar no sucesso dos alunos.

38. Tomasini, ao discorrer sobre a segregação institucional da diferença, afirma que:

*A concepção da denominada 'deficiência mental', por exemplo, como fenômeno visto como desviante, durante muito tempo apresentou uma visão apartada dos fatores socioculturais que a determinam. A ótica que privilegiava o sobrenatural como gerador do problema foi substituída, ao longo do tempo, pela concepção de origem médica, portanto uma visão organicista do problema... .*

Assinale a alternativa que confirma a posição teórica da autora acerca da exclusão social de pessoas com alguma diferença.

- (A) As pessoas ou grupos de pessoas consideradas portadoras de problemas ou que se destacam sensivelmente do que está estabelecido como normal são sempre alvo de processos para a criação de mecanismos de correção de suas diferenças.
- (B) As pessoas com deficiência, em virtude de seus atributos, ao serem excluídas da grande maioria dos seres com os quais são comparadas, passam a ser consideradas uma negação da ordem social. Tudo e todos que não se encaixam no padrão social estabelecido são diferenciados. Não há limite para os rótulos: o pobre, o defeituoso, o louco, o ridículo, o velho etc.
- (C) A localização do mal ou doença no indivíduo, como fenômeno de causas endógenas, costuma mobilizar os mecanismos socioculturais na identificação da diferença, ou seja, não muda o eixo de visibilidade e a questão não é remetida ao contexto social.
- (D) As pessoas com deficiência mental deixaram de ser olhadas sob o ângulo do destino, portanto, de fatalidade, tanto em nível do senso comum como de um contingente de pessoas esclarecidas, pelo fato de teóricos da Educação Especial definirem o meio ambiente como o grande causador do problema.
- (E) Os comportamentos exacerbados, destoantes, e os considerados socialmente normais não fazem parte de campos antagônicos, já que os indivíduos não são categorizados conforme o problema que causam socialmente.



39. Dall'Alba, ao discutir a educação sexual da pessoa caracterizada como deficiente mental, afirma que os educadores têm dificuldade de lidar com esta questão, tanto no ensino regular quanto na educação especial, potencializada na educação especial, uma vez que o professor tende a deformar a visão de sexualidade e a supervalorizar seus aspectos negativos.

Traduz o que a autora analisa:

- (A) há necessidade de compreender que estes professores no atendimento educacional especializado podem estar enfrentando manifestações de sexualidade de seus alunos que mesmo se revelando no ambiente escolar deveriam ser incluídas no campo das anormalidades e aberrações.
  - (B) os professores não são capacitados pela escola para lidar com as manifestações imprevisíveis dos sujeitos com deficiência mental, o que justificaria o temor de eles se tornarem incontroláveis, sendo indicada uma intervenção terapêutica especializada.
  - (C) os educadores especializados devem estar alertas para todas as manifestações sexuais de pessoas com deficiência mental e reprimi-las com suavidade em sala de aula ou no ambiente escolar, encaminhando essas pessoas para serviços psicológicos e psiquiátricos para os tratamentos necessários.
  - (D) os professores, no atendimento educacional especializado de pessoas com deficiência mental, devido ao seu desconhecimento de educação sexual, não precisam auxiliar o aluno na administração de suas manifestações da sexualidade.
  - (E) há uma ausência de reflexão mais profunda, gerada pelo preconceito quanto a questões relativas à sexualidade e pessoas com deficiência, e esta ausência mantém o caráter de incompreensão das manifestações sexuais dessas pessoas.
- 
40. Rosita Edler de Carvalho, ao se posicionar sobre o envolvimento do processo de Inclusão, na perspectiva das políticas públicas para a educação inclusiva, vislumbrando o quadro atual de "exclusões" considera que se pressupõe o desmonte da educação especial. A autora afirma que a proposta inclusiva tem gerado alguns equívocos, dos quais um muito comum é
- (A) afirmar que o paradigma da inclusão não supera o da integração escolar.
  - (B) não exigir diagnóstico clínico para promover a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.
  - (C) privilegiar, na inclusão, o relacionamento interpessoal (socialização) com reforço apenas dos aspectos cognitivos.
  - (D) acreditar que a proposta é dirigida apenas a alunos com deficiência ou com condutas típicas das síndromes neurológicas, psiquiátricas ou com quadros psicológicos graves.
  - (E) supor que a inclusão e a integração não são assuntos específicos da educação especial, uma vez que na sociedade capitalista são muitos os excluídos, como por exemplo: os negros, os "diferentes", os índios, os pobres.
- 
41. Rosita Edler de Carvalho, ao comentar o Encontro Regional sobre Educação Para Todos (Santiago, Chile, 2002), destaca algumas orientações propostas, que, segundo ela, refletem consensos e compromissos estabelecidos pelo conjunto da sociedade. Configura uma diretriz a ser seguida:
- (A) estudo da viabilidade econômica de valorização do magistério por meio de medidas legislativas para a melhoria dos projetos de capacitação de educadores da educação básica.
  - (B) formulação de políticas educacionais inclusivas, articulando-as com políticas inter-setoriais de superação da pobreza, dirigidas às populações em situação de vulnerabilidade.
  - (C) avaliação da necessidade de combinação de ações de centralização e descentralização quanto às práticas pedagógicas, já que na América Latina predomina o modelo descentralizado, sem compensação aos municípios pobres.
  - (D) promoção de ações de educação para o trabalho, com total apoio da iniciativa privada, para que se possa empoderar por meio do emprego os mais desfavorecidos, em especial a pessoa com deficiência.
  - (E) promoção de um diálogo sobre a aplicação de recursos públicos em atividades educacionais privadas, respeitando a equidade dos gastos públicos e privados em educação.
- 
42. A Secretaria de Educação Especial – (SEESP/MEC) indica algumas práticas pedagógicas como contraproducentes na inclusão escolar dos alunos com deficiência mental. Contribui para que o aluno com deficiência mental esteja no processo de educação inclusiva:
- (A) a lógica de que a educação especial só é possível em alguns casos, apenas para o "aluno adaptável", provocando uma segregação dentro da própria Escola Especial que se sentirá estimulada a buscar novas formas inovadoras de aprendizagens.
  - (B) a educação especializada realizada nos moldes do treinamento e da adaptação, o que mantém o aluno em um nível de compreensão elementar, fazendo com que ele tenha dificuldades de ultrapassar as chamadas regulações automáticas.
  - (C) o trabalho desenvolvido com base no treinamento para favorecer a superação da condição deficitária desse aluno, restringindo-se aos limites impostos por sua condição.
  - (D) uma pedagogia que se embasa na lógica do concreto e da repetição alienante para favorecer seu acesso ao plano simbólico e abstrato da compreensão.
  - (E) o estímulo para progredir nos níveis de compreensão, criando novos meios para se adequar às novas situações, levando ao desafio de "regulações ativas".



43. Para o atendimento especializado para pessoas com deficiência física, conforme documento da SEESP/MEC, há necessidade de uso de recursos promovidos pelas ajudas técnicas e tecnologias assistivas no espaço escolar, que favoreçam a inclusão de todos os alunos. Constituem ajudas técnicas, segundo a legislação brasileira,
- (A) todos os recursos, equipamentos, mobiliário, invenções ou adaptações criadas para melhoria do meio ambiente, remoção de barreiras de comunicação e de arquitetura, proporcionando a acessibilidade e o acesso de pessoas portadoras de deficiência à escola, conforme a Lei nº 10.016/2000.
  - (B) os recursos de tecnologia de comunicação e informação, inclusive os instrumentos e equipamentos adaptados para a promoção de acessibilidade e autonomia total de pessoas com deficiência, conforme a Lei nº 10.018/2005.
  - (C) os instrumentos, aparelhos, equipamentos, tecnologias e próteses adaptadas ou especialmente criadas para a garantia do direito à acessibilidade e acesso aos espaços públicos ou privados, conforme o Decreto nº 5.396/2004.
  - (D) os produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologias adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida, conforme o Decreto nº 5.296/2004.
  - (E) os produtos e equipamentos de tecnologia assistiva que são projetados pela indústria ou por meios privados, para o aprimoramento da inserção de pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção no ambiente escolar, conforme o Decreto nº 3.926/2001.
- 
44. Segundo documento da SEESP/MEC, o atendimento educacional especializado de alunos com baixa visão baseia-se no princípio de estimulação plena dos potenciais de visão e dos sentidos remanescentes deste sujeito, assim como na superação e compreensão das dificuldades e conflitos emocionais gerados por esta condição. As observações contínuas que um professor deverá utilizar em sala de aula para o diagnóstico precoce dos sintomas e sinais físicos característicos e/ou condutas de seus alunos para casos de baixa visão são:
- (A) tendência de levantar para ler o que está escrito no quadro negro, franzindo a testa e esfregando os olhos excessivamente.
  - (B) distração constante e falta de atenção ao que está sendo ditado pelo professor.
  - (C) irritação constante com a execução das tarefas solicitadas ou ausência de choro frequente, apesar das dificuldades encontradas na sala.
  - (D) atenção nas ações do professor, o que faz com que o aluno não apresente dificuldade de leitura ou de realizar qualquer outro trabalho que exija uso concentrado os olhos.
  - (E) firmeza ao caminhar, sem cambalear ou tropeçar em pequenos objetos, pois o aluno aprendeu a desviar deles.
- 
45. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF-2001 e a Declaração internacional da Guatemala têm como princípio a mudança de paradigmas. Esta mudança está fundamentada no bojo dos direitos humanos e está presente nos mais recentes documentos e Tratados ligados às pessoas com deficiência. Neste contexto, é correto afirmar que as deficiências
- (A) estão, no chamado modelo social, diretamente ligadas à forma como os cuidados de reabilitação são oferecidos a esta população especial e com muitos alunos que devem permanecer internados em clínicas especializadas.
  - (B) vêm sendo associadas, por serem um fenômeno complexo, a doenças crônicas; portanto, o principal viés do atendimento educacional é terapêutico, reafirmando o modelo de normalização.
  - (C) passam a ser entendidas como uma consequência ligada a fatores ambientais, não mais sendo depositadas como uma responsabilidade do sujeito, ao contrário do que propõe o modelo médico.
  - (D) são, no modelo médico, o resultado da não realização de campanhas preventivas, que incluem a escola, para vacinação em massa, donde a necessidade de formação e capacitação dos docentes em quadros crônicos.
  - (E) precisam, no modelo vigente, que é o reabilitador, para o devido atendimento educacional especializado, da integração em escolas que se associam a espaços de atendimento clínico e neurológico.
- 
46. Quanto à história dos conceitos sobre a Deficiência Mental, e sua redefinição, em especial as apresentadas nos livros “Retardo Mental: Definição, Classificação e Sistema de Apoio” e “CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde” é correto afirmar que segundo
- (A) a *American Association on Mental Retardation* não é necessário considerar as diferenças lingüísticas e culturais assim como os fatores de comportamento e as diferenças na comunicação para validar uma definição de deficiência mental.
  - (B) a *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* uma pessoa com deficiência mental apresenta um funcionamento intelectual deficitário apenas no campo das habilidades acadêmicas.
  - (C) o modelo médico e psiquiátrico são considerados retardados mentais todos os sujeitos que apresentem um funcionamento intelectual abaixo da média estabelecida pelo sistema social, sendo incapazes para o aprendizado e o trabalho.
  - (D) a *American Association on Mental Retardation* os sujeitos com deficiência mental podem ter mais que 18 anos de idade para o surgimento dos sinais e sintomas deste quadro patológico.
  - (E) a *American Association on Mental Retardation* um sujeito pode ser classificado com esta deficiência quando apresentar um funcionamento intelectual inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo, como por exemplo em auto-suficiência e comunicação.



47. Segundo documento da SEESP/MEC, a cegueira é ... *uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente.*

No caso da associação da cegueira com a perda de audição, é correto afirmar que

- (A) o sentido mais aguçado nos alunos surdo-cegos é o olfato, donde a necessidade de uma estimulação sensorial especializada desse sentido para aprimorar suas capacidades sensoriais remanescentes.
- (B) as pessoas surdo-cegas necessitam de um apoio diferenciado para o aprendizado do Braille, que implica a utilização de recursos de informática, em especial o Braille Fácil.
- (C) o modelo de aprendizagem ideal para as pessoas surdo-cegas baseia-se no conceito de zona proximal de aprendizagem, conforme elaborado a partir dos conceitos de Luria.
- (D) as pessoas surdo-cegas comunicam-se eminentemente pela coleta de informações através do sentido do tato, cujo meio de comunicação é denominado tadoma.
- (E) o principal meio de comunicação utilizado pelos surdo-cegos é o processamento de informações ao se colocarem muito próximas do corpo de um ser falante, de modo que o olfato é predominante e imprescindível para sua percepção.

48. Segundo a SEESP/MEC a utilização da tecnologia assistiva “deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência.” (Bersch, 2006). Compreendendo que a utilização de novas tecnologias de comunicação e informação atende a diversidade de necessidades especiais apresentadas pelos alunos com deficiências para a efetivação de seu processo educativo, os ambientes reais e virtuais deveriam ser projetados seguindo os princípios fundamentais do desenho universal.

Os princípios fundamentais com padrões flexíveis e abrangentes de acessibilidade se baseiam na

- (A) equiparação nas possibilidades de uso; flexibilidade no uso; uso simples e intuitivo; captação da informação; tolerância ao erro; mínimo esforço físico; dimensão e espaço para uso e interação.
- (B) flexibilidade de uso; uso simples e intuitivo; captação da informação; valorização do acerto; mínimo esforço físico; dimensão e espaço para uso e interação.
- (C) equiparação nas possibilidades de uso; uso simples e intuitivo; captação da informação; tolerância ao erro; exigência de esforço físico; dimensão e espaço para uso e interação.
- (D) otimização do uso determinado; flexibilidade no uso; captação da informação; tolerância ao erro; mínimo esforço físico; dimensão e espaço para uso e interação.
- (E) equiparação nas possibilidades de uso; flexibilidade no uso; uso simples e intuitivo; captação da informação; tolerância ao erro; dimensão e espaço para uso e interação.

49. Conforme discussão apresentada no documento da SEESP/MEC a respeito do atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência física, há uma associação frequente entre deficiência física e problemas de comunicação. O prejuízo na comunicação traz grandes dificuldades na avaliação cognitiva. Como consequência desta situação, vários alunos nesta situação específica são identificados como também possuindo quadros de deficiência mental. Para tanto, para que se possa romper esta situação, é fundamental que o professor:

- (A) utilize avaliações de diversos profissionais para que possa somar os diferentes diagnósticos.
- (B) tenha conhecimento de comunicação aumentativa e alternativa visando permitir ao aluno a possibilidade de expressão de suas capacidades.
- (C) tenha conhecimento de avaliações de capacidade intelectual além dos conhecimentos da deficiência física.
- (D) faça encaminhamentos a diferentes serviços para que seja atendido por profissionais especializados.
- (E) privilegia no seu atendimento a área da deficiência menos comprometida.

50. A SEESP/MEC, ao abordar questões relacionadas à utilização da LIBRAS, principal meio de comunicação entre pessoas com surdez, explicita o papel do professor, tanto para aprendizagem desta língua quanto para a intermediação com as práticas pedagógicas. Neste contexto é possível afirmar que

- (A) o professor especializado não necessita de formação específica em LIBRAS.
- (B) o professor de português é o mais habilitado a ministrar aulas de LIBRAS.
- (C) o professor fluente em LIBRAS é o mais habilitado para transmitir conhecimentos aos alunos surdos.
- (D) o tradutor e o intérprete podem desenvolver o mesmo papel frente ao ensino de LIBRAS.
- (E) a intermediação do conhecimento será feita exclusivamente pelo tradutor.



51. Estudos sugerem que pessoas surdas apresentam dificuldades no uso da linguagem escrita. Góes, 1996, ao relatar uma experiência de alfabetização com essa população, conclui que
- (A) um dos problemas está no elevado nível de exigência das escolas especiais quanto à leitura.
  - (B) as dificuldades de alfabetização restringem-se às limitações auditivas da pessoa surda.
  - (C) as práticas pedagógicas fracassam na alfabetização de surdos por não terem estes adquirido a língua portuguesa oral.
  - (D) um dos problemas está nas mediações sociais e nas práticas pedagógicas, que fracassam também na alfabetização de ouvintes.
  - (E) as práticas pedagógicas fracassam na alfabetização em escolas especiais e inclusivas, por meio do bilinguismo.
52. A leitura e a escrita são certamente dois aspectos que preocupam os educadores de surdos. Devido aos resultados insatisfatórios obtidos com a maior parte dos alunos, Geraldi, 1993 (In: Góes, 1996) cita três práticas que o professor deveria privilegiar em relação ao Ensino da Língua Portuguesa. São elas:
- (A) leitura dos textos, produção de textos e análise linguística.
  - (B) símbolos gráficos, com combinações de símbolos associados a objetos e figuras que os representem.
  - (C) uso de sinais, na ordem do português, no uso de marcadores, e escrita de acordo com as regras gramaticais da língua.
  - (D) início com palavras isoladas, depois utilização em estruturas frasais e em seguida em textos mais longos e complexos.
  - (E) estudo de nomes ligados a categorias semânticas, verbos e outros elementos pertencentes a classes gramaticais.
53. Uma criança surda da 2ª série escreveu :
- "O médico procurar o algodão é escondido.  
O médico está achando o algodão muito espertos".*  
(C.R. - 2ª série)
- O professor de surdos deverá avaliar a escrita dessa criança de acordo com a proposta do MEC/SEESP (2006) a partir
- (A) dos aspectos semânticos (conteúdo), sequência lógica das ideias e, finalmente, estruturação frasal mínima para se ter a compreensão do texto.
  - (B) da competência linguística oral, leitura e escrita, enfatizando palavras concretas.
  - (C) do alcance do nível de leitura de acordo com a faixa etária e habilidade de leitura labial satisfatória.
  - (D) da utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou os códigos manuais para produção escrita.
  - (E) da língua de sinais, a datilografia e o português sinalizado para produção de leitura e escrita.
54. Em uma turma de crianças surdas, jamais encontraremos sujeitos iguais por serem surdos. Cada aluno, surdo ou ouvinte, possui uma história de vida, meio familiar, sexo, religião, língua, situação econômica, etnia, identidade. Portanto, o fracasso ou sucesso escolar está relacionado a:
- (A) surdez, família e situação econômica.
  - (B) desempenho individual e ausência do AASI da criança surda.
  - (C) surdez, etnia e língua.
  - (D) desenvolvimento pedagógico da criança surda ou ouvinte.
  - (E) envolvimento familiar e condição social da criança surda.
55. A corrente da comunicação total propõe o uso de
- (A) múltiplas formas de linguagem, tais como leitura orofacial e sinais.
  - (B) trabalho pedagógico pautado numa linguagem filtrada.
  - (C) múltiplos meios comunicativos, por meio de gestos, oralização e linguagem escrita.
  - (D) treinamento orofacial e estimulação dos resíduos auditivos.
  - (E) múltiplos meios comunicativos, por meio de recursos linguísticos e não linguísticos.
56. Há três correntes educacionais com propostas para escola de surdos:
- I. Oralismo: O propósito terapêutico é tratar e reduzir os déficits, considerando que a criança precisa de treinamento auditivo e desenvolver a leitura orofacial.
  - II. Comunicação Total: Os sinais são utilizados na estrutura gramatical do português e, enquanto filosofia, o bilinguismo pode ser incorporado.
  - III. Bilinguismo: A língua de sinais é considerada língua materna para o surdo, ao passo que a língua portuguesa é a segunda língua.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III, apenas.
57. Os dispositivos de amplificação sonora que contribuem para que a pessoa com surdez possa reconhecer e compreender os sinais auditivos existentes no ambiente são
- (A) AASI e Implante coclear.
  - (B) Implante coclear e implante auricular.
  - (C) AASI intra-auriculares e intracanal .
  - (D) AASI, Implante coclear e sistema FM.
  - (E) Sistema FM e AASI.





58. A conjunção das representações clínicas e terapêuticas levou historicamente a uma transformação do espaço educativo e escolar em território médico-hospitalar. Tal transformação deve ser entendida como uma das causas fundamentais na opressão linguística, cognitiva e cultural que viveram os surdos. O objetivo na concepção clínico-patológica é desenvolver a língua
- (A) de sinais, identidade surda e cultura surda.  
 (B) oral, restos auditivos e leitura orofacial.  
 (C) gestual, restos auditivos e cultura surda.  
 (D) oral, identidade surda e leitura orofacial.  
 (E) oral, restos auditivos e cultura surda.
- 
59. O bilinguismo tem como origem a insatisfação dos surdos com a proibição da língua de sinais ocorrida em 1880 e a mobilização de diversas comunidades em prol do uso da língua de sinais. Os estudos linguísticos comprovam o status da língua de sinais enquanto verdadeira língua. No Brasil, o bilinguismo defende:
- (A) L1 – LSB / Língua materna e L2 – Inglês / Língua majoritária.  
 (B) L1 – ASL / Língua materna e L2 – Língua Portuguesa / Língua majoritária.  
 (C) L1 – LSB / Língua materna e L2 – Língua Portuguesa / Língua majoritária.  
 (D) L1 – Língua Portuguesa / Língua materna e L2 – LSB / Língua majoritária.  
 (E) L1 – LSF / Língua materna e L2 – Português / Língua majoritária.
- 
60. A comunidade surda possui características próprias e a língua de sinais, como todas as outras línguas, tem a marca dessa cultura. As pessoas com surdez engajadas na comunidade surda participam então de duas culturas, a surda e a ouvinte. Isto é conhecido como
- (A) bimodalismo e biculturalismo.  
 (B) bilinguismo e biculturalismo.  
 (C) bimodalismo e multiculturalismo.  
 (D) bilinguismo e multiculturalismo.  
 (E) biculturalismo e biculturalismo.
- 
61. A linguagem participa da constituição do pensamento e repercute sobre as funções mentais. A fala precisa ser desenvolvida como recurso necessário e interessante para a vida da criança surda. Para Vygotsky, o método oral
- I. é caracterizado como mecânico, artificial e treinamento árduo de articulação de sons.  
 II. impede que as escolas residenciais preservem a comunidade de surdos.  
 III. ensina a criança surda a pronunciar palavras e não a falar.  
 IV. é importante para avaliar, classificar e educar as crianças surdas.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.  
 (B) I e III, apenas.  
 (C) I, II, III e IV.  
 (D) II e III, apenas.  
 (E) III, apenas.
- 
62. Para Behares, 1993 (In: Góes, 1996), os estudos sobre a aquisição da língua de sinais pela criança surda são necessários para se compreender que
- (A) a criança surda não é deficiente na esfera linguístico-comunicativa ou na construção da identidade social.  
 (B) a criança surda é deficiente na esfera linguístico-comunicativa apenas.  
 (C) a criança surda não é deficiente na construção da identidade social e sim na esfera linguístico-comunicativa.  
 (D) a criança deficiente constrói sua identidade dependendo primeiramente da aquisição da língua majoritária do país em que vive.  
 (E) as condições sociais interferem na aquisição linguística da criança deficiente.
- 
63. Segundo Skliar, naturalizar os surdos, aceitando apenas sua língua como elemento integrador, significa ouvintizá-los da mesma forma que o discurso clínico-patológico propõe. Este mecanismo é um disfarce que mascara a diferença, desconsiderando a diversidade. Na concepção socioantropológica, a língua de sinais tem a função de
- (A) tornar o sujeito linguisticamente mais próximo da língua oral.  
 (B) integrar o deficiente auditivo apenas no contexto educacional.  
 (C) emancipar o surdo enquanto sujeito político e social.  
 (D) eximir o surdo de seus compromissos na sociedade.  
 (E) emancipar o deficiente auditivo no aspecto social.
- 
64. Para Vygotsky e Bakhtin (In: Goldfeld, 1997), o termo FALA refere-se à produção de linguagem pelo falante nos momentos de diálogo. Nos estudos sobre a surdez a FALA pode ser utilizada, por meio
- (A) do canal audiofonatório apenas.  
 (B) de movimentos corporais.  
 (C) do canal audiofonatório e do espaço visomanual.  
 (D) do sistema fonador para expressar palavras e frases de uma língua.  
 (E) do espaço visomanual.
- 
65. Segundo Vygotsky e Bakhtin (In: Goldfeld, 1997), os problemas de comunicação da criança surda não têm origem nela e sim no meio social em que ela está inserida. A linguagem será adquirida do meio social para o indivíduo; portanto a função da linguagem é
- (A) transmitir informações por meio da dança, música, gestos e língua.  
 (B) instrumentalizar o pensamento.  
 (C) determinar o pensamento verbal apenas.  
 (D) desenvolver apenas a língua humana.  
 (E) desenvolver uma função planejadora.



66. Para Vygotsky, a aquisição da linguagem pela criança surda está em constante mutação e evolução. Por exemplo: A palavra "cachorro" tem um significado compartilhado pela comunidade falante da língua portuguesa. O que é necessário para desenvolver a fala social e compreensão das palavras?
- (A) Significado e sentido dependem da situação contextual.
- (B) Significado e valores sonoros são interdependentes para compreender o sentido usual da palavra.
- (C) Significante e fala verbal ocorrem nos primeiros anos de vida.
- (D) Significado deve ser apresentado através de onomatopéia para compreender o significante.
- (E) Significante apresenta a idéia e o conceito.
- 
67. Professores e familiares se queixam das crianças surdas por serem impulsivas e agitadas durante brincadeiras propostas no período pré-escolar. Essa impulsividade e agitação decorrem
- I. da exclusão da criança surda da brincadeira, que é uma atividade generalizada e a língua não precisa estar o tempo todo presente.
- II. das dificuldades de comunicação e cognitivas da criança surda de perceber relações interpessoais, o contexto e o objetivo final da brincadeira.
- III. da falta de comunicação para compreensão das regras e objetivo da brincadeira.
- IV. dos comportamentos impulsivos das crianças surdas por não serem oralizadas.
- V. da dificuldade na função planejadora da linguagem apresentada pelas crianças surdas.
- Está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, III e V.
- 
68. A educação das crianças surdas com alguma deficiência deve atender as mesmas metas propostas para a criança não deficiente. Diante esta afirmação de Vygotsky, deve-se considerar, no contexto escolar,
- (A) o oferecimento e o acesso à linguagem oral para os surdos, assim como para os ouvintes, em todo discurso.
- (B) o reconhecimento de uma mudança metodológica para a abordagem oralista visando a modalidade oral aural.
- (C) a Libras como uma linguagem não verbal utilizada somente pela comunidade surda e não apenas no contexto educacional.
- (D) a valorização da importância do uso da Libras, para que as interações fluam efetivamente.
- (E) o ensino da língua visual espacial a partir da educação infantil privilegiando a língua portuguesa.
- 
69. Os estudos linguísticos mostram que a Libras apresenta marcas específicas para a comunidade surda. Dessa maneira, é necessário considerar algumas questões relevantes para a educação de surdos, como
- (A) a Libras deve ser utilizada apenas no contexto social, visto que nas escolas a comunidade surda utiliza a língua portuguesa, respeitando a língua padrão.
- (B) a criança surda que for exposta às duas línguas (Libras e português) deverá sofrer maior influência do português por pertencer à comunidade dos ouvintes e sociedade brasileira.
- (C) a cultura surda é universal e nela todos utilizam a língua de sinais e apresentam uma cultura homogênea.
- (D) a criança surda que tem acesso à linguagem caseira e mímicas deverá ser exposta à cultura dos ouvintes para compartilhar as informações da sociedade.
- (E) a cultura surda, ou seja, se o surdo que vive no Brasil e fala a Libras tem uma cultura diferente da cultura brasileira.
- 
70. Jorge e Gustavo apresentam uma surdez neurossensorial bilateral profunda. Eles começaram a utilizar aparelho de amplificação sonora individual em torno de 1 ano de idade e também iniciaram um tratamento fonoaudiológico em uma clínica. Os pais conheceram a Libras durante o processo e reconheceram sua importância para a comunicação de seus filhos. Essa situação aponta para a necessidade de grandes mudanças no Brasil nos dias atuais acerca da educação das crianças surdas, em especial no que se refere a
- (A) estimular e divulgar a Libras em toda a sociedade.
- (B) informar os familiares sobre os danos causados pela Libras no desenvolvimento linguístico da criança surda.
- (C) garantir nas escolas regulares um atendimento clínico, contando com a ajuda dos professores.
- (D) divulgar sobre a importância da aprendizagem da Libras por familiares e professores.
- (E) estimular e divulgar o oralismo, para evitar danos no desenvolvimento da criança surda.
- 
71. O Congresso de Milão, em 1880, foi um marco histórico na educação de surdos. Neste evento, onde se reuniram profissionais dedicados à educação de surdos, dois terços dos 174 congressistas eram italianos. Os outros eram franceses, ingleses, suecos, suíços, alemães e americanos. Apenas um congressista era surdo. As atas finais do Congresso apresentaram propostas educacionais que permaneceram por quase 100 anos, definindo o método
- (A) oral misto para a educação de surdos e ouvintes.
- (B) bimodal para a educação de surdos.
- (C) oral puro para a educação de surdos.
- (D) bimodal para a educação de surdos internacionais.
- (E) bilíngue para educação de surdos.



72. Segundo C. Skliar (2005), para desmitificar os surdos como um grupo homogêneo, os Estudos Surdos em Educação apresentam quatro níveis de reflexão:
- I. os mecanismos de poder/saber, exercidos pela ideologia dominante, o “ouvintismo” – desde suas origens até os dias atuais.
  - II. a natureza política do fracasso educacional na pedagogia para os surdos, visando um novo olhar sobre a diferença.
  - III. a possível desconstrução das metanarrativas e dos contrastes binários tradicionais na educação dos surdos.
  - IV. as potencialidades educacionais dos surdos, buscando um consenso pedagógico.
- Está correto o que se apresenta em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III, apenas.
  - (C) I, II, III, IV.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III e IV, apenas.
- 
73. Skliar define a Educação Especial como um subproduto da educação, cujos componentes ideológicos, políticos, teóricos etc. são, no geral, de natureza discriminatória, descontínua e anacrônica, conduzindo a uma prática permanente de exclusão e inclusão. Nesta perspectiva, a Língua de Sinais é o caminho para
- (A) construir a identidade surda.
  - (B) destacar o intérprete de Libras.
  - (C) destacar os surdos sinalizadores.
  - (D) incluir ouvintes.
  - (E) oralizar os surdos.
- 
74. Segundo Perlin (In: Skliar, 2005), o surdo dentro da cultura ouvinte é um caso de identidade reprimida, na lógica de que as culturas onde nascemos e passamos a viver parte de nossas vidas constituem-se na fonte da identidade cultural. “Identidade reprimida” refere-se à
- (A) subordinação da identidade ouvinte em relação ao surdo.
  - (B) superioridade da identidade surda em relação ao ouvinte.
  - (C) inferioridade da identidade ouvinte em relação ao surdo.
  - (D) subordinação da identidade surda em relação ao ouvinte.
  - (E) igualdade da identidade surda em relação ao ouvinte.
- 
75. Os convênios firmados pela Federação Nacional de Integração dos Surdos – FENEIS representam para muitos uma conquista de um espaço de trabalho para membros da comunidade surda, demonstrando seu potencial em várias áreas, aumentando assim o interesse das grandes empresas. O movimento atual para inserção de surdos no mercado de trabalho tem como foco a valorização das habilidades dessas pessoas, de modo a
- (A) transformar a deficiência em competência.
  - (B) transformar a competência em deficiência.
  - (C) valorizar a deficiência em relação à competência.
  - (D) valorizar a competência e a deficiência.
  - (E) descaracterizar a competência e inferiorizar a deficiência.
- 
76. Segundo Moreira (In: Skliar, 2005), a sexualidade muitas vezes é tratada a partir do enfoque biológico-funcional e psicológico. O corpo do surdo é muitas vezes representado e se institui como um “órgão patológico” e esse corpo doente, deficiente, incapacitado, não deve ser pensado, celebrado, antes da sua normalização. Nessa perspectiva, a mulher surda
- (A) pode ter um filho, desde que não mude sua condição de surda.
  - (B) é incapaz de gerar, criar e educar uma criança.
  - (C) tem o corpo deformado; portanto, será muito fácil para ela engravidar.
  - (D) pode gerar durante a gestação danos ao feto no seu crescimento e formação.
  - (E) é desaconselhada a ter filhos, pois carrega genes deficientes.
- 
77. A “normalização do surdo”, por meio da fala, produzida também pela escola, conforta os pais de surdos com a esperança da fala e com a possibilidade de as pessoas não perceberem a surdez dos filhos. A representação da surdez como doença dificulta a organização política das pessoas com surdez para reivindicarem seus direitos na escola, na mídia e nos lugares públicos. Estes direitos estão relacionados a
- (A) linguagem gestual, intérprete de língua de sinais e legenda.
  - (B) mímicas, gestos, linguagem corporal e sensual.
  - (C) Libras, intérprete de língua de sinais e legenda.
  - (D) expressão oral, musical e manual.
  - (E) linguagem artística e legenda.



78. Segundo Thoma (In: Skliar, 2005) é importante que as crianças surdas convivam com adultos surdos para
- (A) adquirir a linguagem oral, da mesma forma que na convivência com o adulto ouvinte.
  - (B) aprender a língua de sinais, simultânea dentro do contexto educacional.
  - (C) aprender a interagir no contexto educacional por meio das abordagens de ensino existentes.
  - (D) construir uma identidade surda e ter uma referência no contexto linguístico.
  - (E) construir uma identidade surda, um arcabouço cultural e adquirir a língua de sinais.

79. As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez. Torna-se urgente repensar essas práticas para que os alunos, diante o processo de aprendizagem da leitura e da escrita não se deparem com barreiras acreditando que sejam resultado da surdez. A proposta do MEC e da Secretaria de Educação Especial para esses alunos é o Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum. Neste atendimento destacam-se 3 momentos didático-pedagógicos. São eles:

- I. Todos os conteúdos curriculares são explicados em Libras, por um professor preferencialmente surdo.
- II. Os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos.
- III. Os alunos surdos aprendem a Língua Portuguesa, a parte das aulas da turma comum.
- IV. Os alunos com surdez terão aulas de Libras junto com os alunos ouvintes, favorecendo assim a integração e socialização.

Destas afirmativas, estão corretas

- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III, apenas.
  - (C) I, II, III e IV.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III e IV, apenas.
80. O Decreto nº 5.626/05 prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes, nas quais são utilizadas a Libras e a Língua Portuguesa no mesmo espaço educacional. A inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares requer:
- I. A aquisição de L1 – Libras e L2 – Língua Portuguesa na modalidade escrita.
  - II. A formação de intérpretes para tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.
  - III. A oferta de curso de aperfeiçoamento para alunos surdos.
  - IV. A formação inicial e continuada de professores.
- Está correto o apresentado em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III, apenas.
  - (C) I, II, III e IV.
  - (D) I, II e IV, apenas.
  - (E) II e III, apenas.